



Gestão 2023/2024
ESTADO DO TOCANTINS

CONTRATO

CONTRATO N° 019/ 2024

TERMO DE CONTRATO QUE FAZEM ENTRE SI E A CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA/TO E A EMPRESA AUTOESTE AUTOMOVEIS LTDA.

Por este instrumento contratual, de um lado, A CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA - TO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ N° 37.344.603/0001-10, com sede na Rua dona Sena, s/n, Centro, Sandolândia/TO, representada neste ato por seu Presidente o Sr. **Leniel Francisco da Cunha**, Brasileiro, Casado, Portador do RG n° 4035143 DGPC/GO E CPF/MF n° 854.982.111-04, residente domiciliado no município de de Sandolândia/TO, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, **AUTOESTE AUTOMOVEIS LTDA**, inscrita no CNPJ n° 00.369.925/0001-04, inscrição estadual n° 10.216.455-0 com sede na Avenida Brasil Sul, Número 1080, Bairro Batista, Anápolis, Estado de Goiás, CEP: 75.123-390, por meio de seu representante legal a Sra. Bruna Maria Guerra de Farias Câmara, Brasileira, casada, empresária, nascida em 20/05/1983, portadora da cédula de identidade n° 6101335 SSP/PE e inscrita no CPF sob n° 035.732.554-00, residente e domiciliada na rua Aurélio Domingues, n° 18, Edifício Jardim Beira Rio, Apto 2301, Bairro da Torre, Recife, Estado de Pernambuco, CEP 50.710-020, doravante denominado simplesmente **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 20241043/2024, e em observância às disposições da Lei n° 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico N.º 001/2024, mediante as cláusulas e condições a



Gestão 2023/2024
ESTADO DO TOCANTINS

seguir enunciadas.:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 2. AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO AUTOMOTOR TIPO SUV COMPACTO, 0KM, ANO MODELO 2024/2025, COR BRANCO OU PRATA, COM CAPACIDADE PARA 05 (CINCO) PASSAGEIROS, MOTOR 1.3 - FLEX, DESTINADO AO SUPORTE ADMINISTRATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA/TO.**

2.1.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.1.1.1. O Termo de Referência;

2.1.1.2. O Edital da Licitação;

2.1.1.3. A Proposta do contratado;

2.1.1.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

3. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA, PRORROGAÇÃO E GARANTIA

3.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

3.3. A Contratada deverá realizar a entrega do veículo em até 15 (quinze) dias após assinatura do contrato conforme consta no Termo de Referência que compõe o Processo Administrativo Nº 20241043/2024;

3.4. O veículo deverá ter garantia de fábrica (assistência técnica), mínima de 12 (doze) meses, sem limite de quilometragem a partir da data de recebimento definitivo do bem e para a troca de todas as peças, exceto as de desgaste natural e garantia mínima de 03 (três) anos, para motor e câmbio, em todo caso prevalecendo a garantia de fábrica caso está se apresente maior sem ônus adicionais para o contratante;



Gestão 2023/2024
ESTADO DO TOCANTINS

3.5. O atendimento para prestação do serviço decorrente da garantia terá um prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da notificação da CONTRATANTE, não cabendo garantia quando constatado defeito provocado por uso indevido;

3.6. O serviço de assistência técnica deverá ser prestado pelas concessionárias autorizadas pelo fabricante durante o prazo de garantia de fábrica, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas, a fim de manter o veículo em perfeitas condições de uso, em concessionária autorizada de revisão deverá estar localizada dentro do Estado do Tocantins;

3.7. A garantia de fábrica se destina a remover os defeitos de fabricação apresentados ou desgaste prematuro, compreendendo substituições de peças, ajustes, reparos e todas as correções necessárias. Caso não seja apta a sanar os defeitos apresentados, o objeto deverá ser substituído por um novo, salvo se o dano ou defeito decorrer de dolo, imperícia e mau uso pelos servidores da CONTRATANTE.

4. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO OBJETO

4.1. O valor deste contrato, corresponde ao total vencedor deste processo, conforme planilha abaixo:

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	01	UND	VEICULO AUTOMOTOR TIPO SUV - 0KM-2024/2025; VEICULO "O" (ZERO) KM: SUV NA COR BRANCA: COM CAPACIDADE PARA 05 (CINCO) PASSAGEIROS: COM 04 (QUATRO) PORTAS LATERAIS: MOTOR NO MINIMO 1.3 L À GASOLINA/ALCOOL (FLEX) POTÊNCIA MINIMA DE 98,0 CV; DIREÇÃO HIDRAULICA OU ELETRICA, TRAVAS ELETRICAS; TRANSMISSÃO MANUAL DE 05 MARCHAS A FRENTE E 1 A RÉ; COM AR CONDICIONADO; VIDRO ELETRICOS NAS PORTAS DIANTEIRA, COM PROTETOR DE CARTER, AIRBAG DUPLO, FREIOS ABS, PORTA MALAS COM CAPACIDADE NO MINIMO 370 LITROS SEM O BANCO REBATIDO E	Fiat Pulse Drive 1.3 MT	R\$: 111.200,00	R\$: 111.200,00



Gestão 2023/2024
ESTADO DO TOCANTINS

		COMPARTIMENTO FECHADO; RODAS PADRÃO NO MINIMO ARO 16; TAPETE DE BORRACHA; PNEU DO ESTEPE NA MESMA MEDIDA DOS DE RODAGEM; TANQUE DE COMBUSTIVEL COM CAPACIDADE DE 47 LITROS; POSSUI TODOS OS ACESSORIOS E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA QUE ATENDEM AO CNT (CODIGO NACIONAL DE TRÂNSITO) E CONTRAN; GARANTIA DE NO MINIMO 12 MESES.			
VALOR TOTAL					R\$: 111.200,00

4.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

5.1. É VEDADA a subcontratação do objeto.

6. CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato

6.2. A empresa deverá emitir a nota fiscal eletrônica, **devendo constar, obrigatoriamente**, o número do contrato de repasse (se houver), número do empenho, número do contrato administrativo, número da licitação, número do pagamento e demais dados que a CONTRATANTE entender necessários.

7. CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis.

8. CLÁUSULA SÉTIMA – RECURSOS ORÇAMENTÁRIO

8.1. Os recursos orçamentários para fazer face às despesas do objeto da presente contratualização, para o exercício que lhe corresponda, correrão por conta de dotação orçamentária a seguir codificada:



Gestão 2023/2024
ESTADO DO TOCANTINS

ORÇÃO	ANEXO	PROCESSO	PROPOSTA	VALOR
01	0017	10.031.0001.1066	4.4.90.52	1.500.0000.0000

9. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

- 9.1. Exercer a fiscalização do objeto entregue, na forma prevista da Lei nº 14.133/2021, procedendo ao atesto da respectiva nota fiscal, com as ressalvas e/ou glosas que se fizerem necessárias;
- 9.2. Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas no contrato;
- 9.3. Efetuar o pagamento do bem entregue nas condições estabelecidas;
- 9.4. Rejeitar, no todo ou em parte, o bem entregue em desacordo com as respectivas especificações;
- 9.5. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto;
- 9.6. Notificar, formal e tempestivamente, a Contratada sobre as irregularidades observadas;
- 9.7. Notificar a Contratada por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- 9.8. Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento;
- 9.9. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

10. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

- 10.1. Entregar o veículo no prazo máximo de até 15 (quinze) dias úteis, após a emissão da ordem de compra e nota de empenho;
- 10.2. Arcar com as despesas concernentes ao fornecimento do objeto compreendendo transporte (frete), entrega, encargos sociais, tributos, impostos, taxas, seguros e quaisquer outros encargos que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos equipamentos;



Gestão 2023/2024
ESTADO DO TOCANTINS

- 10.3. Trocar/substituir, reparar/corrigir, pelo prazo de até 15 (quinze) dias o bem caso venha a ser recusado no ato de recebimento;
- 10.4. Assumir os ônus e responsabilidades pelo recolhimento de todos os tributos federais, estaduais e municipais que incidam ou venham a incidir sobre o objeto;
- 10.5. Cumprir, às suas expensas, todas as condições que definam suas obrigações;
- 10.6. Em nenhuma hipótese poderá veicular publicidade acerca do bem adquirido pela contratante sem prévia autorização;
- 10.7. Prestar esclarecimentos solicitados e atender às reclamações formuladas, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, acompanhamento, controle e avaliação desta Administração, através do servidor municipal responsável por acompanhar a entrega do objeto, fiscalizar a execução do objeto e atestar o recebimento do objeto;
- 10.8. Responder integralmente por perdas e danos a que vier causar à Administração ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações ou penalidades legais a que estiver sujeita;
- 10.9. Comunicar imediatamente e por escrito à Administração, através da Fiscalização, qualquer anormalidade verificada, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;
- 10.10. Obrigar-se a manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme Art. 92, XVI, da Lei Federal nº 14.133/2021.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

- 11.1. Para fins de cumprimento do Art. 117, §1º, §2º e §3º, da Lei nº 14.133/2021, o CONTRATANTE designa o Sr. Djalma de Souza Folha, Portaria nº 006/2024, como fiscal de contrato.
- 11.2. A CONTRATADA ficará sujeita à fiscalização do CONTRATANTE, que a qualquer



Gestão 2023/2024
ESTADO DO TOCANTINS

momento, terá poderes de interferir no andamento do fornecimento, reservando-se ainda o direito de recusar o recebimento do veículo caso não estiver de acordo com os padrões técnicos especificados e exigidos.

11.3. É responsabilidade da CONTRATADA a qualidade do veículo fornecido, inclusive a promoção de readequações, se detectadas impropriedades que possam comprometer a garantia do bem.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES

12.1. Pelo atraso e inexecução total ou parcial deste contrato, bem como outras infrações, ressalvados os motivos de força maior devidamente comprovados e a critérios do CONTRATANTE, a CONTRATADA sujeitar-se-á às seguintes sanções:

12.2. ADVERTÊNCIA

12.2.1. A advertência será aplicada exclusivamente nos casos em que a CONTRATADA der causa à inexecução do contrato, nos termos do Art. 156, §1º, e Art. 155, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

12.3. MULTA

12.3.1. Pelo atraso injustificado na execução do serviço, será aplicada multa de 0,1% (zero vírgula um por cento) ao dia de atraso, calculado sobre o valor total do contrato.

12.3.2. Pelo atraso injustificado na execução do serviço superior a 30 (trinta) dias, contados do termo de ordem de início, será aplicada multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia de atraso, em substituição ao item 12.3.1, desde o primeiro dia de atraso, calculado sobre o valor total do contrato.

12.3.3. Pelo descumprimento injustificado de quaisquer das outras cláusulas contratuais que não aquelas relacionadas ao atraso na execução da obra, será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato.

12.3.4. A multa não impede que o CONTRATANTE rescinda unilateralmente este contrato e aplique outras sanções.



Gestão 2023/2024
ESTADO DO TOCANTINS

12.3.5. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada nos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE, inclusive de eventual garantia prestada, ou cobrada judicialmente.

12.3.6. Da aplicação de qualquer multa será a CONTRATADA intimada para recolhê-la aos cofres do CONTRATANTE no prazo de trinta dias úteis.

12.3.7. O montante de multas aplicadas à CONTRATADA não poderá ultrapassar a 30% (trinta por cento) do valor global do contrato, nos termos do Art. 156, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

12.4. IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR

12.4.1. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Câmara pelo prazo de até um ano, aplicada pelo(a) Presidente(a) Municipal, nos termos do Art. 156, §4º, da Lei nº 14.133/2021.

12.5. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR

12.5.1. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Câmara enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção ou até que seja requerida a reabilitação ao Presidente(a) Municipal, a qual será concedida sempre que a contratada ressarcir à Câmara pelos prejuízos resultantes da infração e depois de decorrido o prazo de um ano, facultada a defesa da contratada no prazo de dez dias da abertura de visto, nos termos do Art. 156, §5º e §6º, da Lei nº 14.133/2021.

12.6. As sanções de suspensão temporária e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas juntamente com a multa, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de cinco dias úteis.

12.7. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA se esta deixar de recolher qualquer multa que lhe for imposta, dentro do prazo previsto.

12.8. Os montantes pecuniários derivados da aplicação das multas e demais sanções contratuais serão atualizadas monetariamente pelo IPCA vigente, ou outro índice que venha o substituir, bem como a incidência de juros de mora de 0,5% sobre



Gestão 2023/2024
ESTADO DO TOCANTINS

o montante total devido.

12.9. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (Art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

13. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PRERROGATIVAS DO CONTRATANTE

13.1. São prerrogativas do CONTRATANTE sobre o presente contrato, nos termos do Art. 104 da Lei nº 14.133/2021:

13.1.1. modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado;

13.1.2. extingui-lo, unilateralmente, nos casos especificados nesta Lei;

13.1.3. fiscalizar sua execução;

13.1.4. aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

13.1.5. ocupar provisoriamente bens móveis e imóveis e utilizar pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato nas hipóteses de:

13.1.5.1. risco à prestação de serviços essenciais;

13.1.5.2. necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, inclusive após extinção do contrato.

13.2. As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos não poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado.

14. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO E DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

14.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa



Gestão 2023/2024
ESTADO DO TOCANTINS

não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.2. A rescisão poderá se processar pelas hipóteses definidas no Art. 138, inciso I, II e III, e estará sob as consequências determinadas pelo Art. 139, todos da Lei nº 14.133/2021.

14.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.4. Em caso de inadimplemento por parte do CONTRATANTE, o presente contrato poderá ser rescindido ou suspenso, bem como eventuais residuais pecuniários de inadimplência, inclusive no caso de perdas e danos, serão atualizados pelo IPCA, ou outro que o venha substituir, e incidentes de juros moratórios de 0,5% ao mês para quem der causa à inadimplência.

14.5. A alteração de qualquer dos dispositivos estabelecidos neste contrato, somente se reputará válida se tomadas expressamente em instrumento aditivo, passando a dele fazer parte.

14.6. As partes poderão adotar meios alternativos de resolução de controvérsias, nos termos do disposto pelos arts. 151, 152, 153 e 154 da Lei nº 14.133/2021.

14.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (Art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS

15.1. Para as situações não previstas neste contrato, aplicar-se-á o regramento dado pela Lei nº 14.133/2021, no que ela prever, bem como demais legislações pertinentes ao objeto deste instrumento.

16. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PUBLICAÇÃO



Gestão 2023/2024
ESTADO DO TOCANTINS

17.1. Para a eficácia da contratação a mesma deverá ser publicada conforme a aplicação da lei federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, a publicidade dar-se-á através de sua publicação no Diário Oficial do ente, ou no Portal da Transparência do Poder Executivo Municipal, sem prejuízo de sua tempestiva disponibilização no sistema de acompanhamento de contratações do Tribunal de Contas local.

18. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

18.1. As partes elegem o foro da Comarca de Araguaçu/TO, para dirimir dúvidas ou divergências, que poderão advir ao presente Contrato, nos termos do Art. 92, §1º, da Lei 14.133/2021.

E por estarem às partes plenamente de acordo com todas as cláusulas e condições, firmam o presente instrumento para que surta os jurídicos e legais efeitos.

Sandolândia/TO, 05 de novembro de 2024

CONTRATANTE
CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA – TO
LENIEL FREANCISCO DA CUNHA
PRESIDENTE

gov.br

Documento assinado digitalmente
ELIAMAR TELES DE MORAES
Data: 05/11/2024 08:48:25-0300
Verifique em <https://validar.itb.gov.br>

CONTRATADO
AUTOESTE AUTOMOVEIS LTDA
CNPJ: 00.369.925/0001-04